

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Campus de Porto Velho

Departamento Acadêmico de Ciências Jurídicas

Curso de Direito

## PLANO DE ENSINO

CURSO: <b>DIREITO</b>	DISCIPLINA: DIREITO CONSUMIDOR
-----------------------	--------------------------------

ANO LETIVO: <b>2019</b>	SEMESTRE: <b>1º</b>	PERÍODO: <b>9º</b>	TURMA: <b>NOTURNO</b>
-------------------------	---------------------	--------------------	-----------------------

CÓDIGO: <b>DIR31</b>	CARGA HORÁRIA: <b>80</b>	CRÉDITOS: <b>4</b>
----------------------	--------------------------	--------------------

PROFESSORA: **ISABELA ESTEVES CURY COUTINHO**

### I – Objetivo da Disciplina

Em um mundo globalizado, a sociedade de consumo que é resultado das revoluções industrial e tecnológica se impõe. O Direito Civil clássico era incompatível com as relações de consumo, não sendo mais possível o Estado se omitir frente aos problemas que começaram a surgir. Assim com o advento do Código de Defesa do Consumidor, as relações consumeristas começaram a ter um microsistema jurídico próprio, tornando a referida disciplina indispensável aos acadêmicos do curso de Direito. A disciplina tem como objetivo proporcionar ao acadêmico a compreensão do contexto da legislação, e das posições dos Tribunais superiores quanto aos principais temas possibilitando-os uma análise crítica do assunto, tanto do ponto de vista jurídico, como também político e econômico.

### II – Objetivos Específicos

Objetiva-se fazer com que o acadêmico tenha um entendimento amplo e crítico das questões consumeristas.

Que consiga estabelecer as diferenças entre Direito Civil e o Código de Defesa do Consumidor.

Que assimile o conteúdo ministrado relacionando-o com a vida cotidiana e com a posição predominante dos Tribunais Superiores.

### III – Ementa

1. Considerações gerais sobre o Direito do Consumidor
2. Relação Jurídica de Consumo
3. Serviço Público e o CDC
4. Princípios do Direito do Consumidor
5. Responsabilidade do Fornecedor no CDC
6. Garantias e prazos decadenciais e prescricional no CDC
7. Desconsideração da Personalidade Jurídica
8. Oferta e Publicidade
9. Práticas Abusivas

10. Cobrança de Dívida
11. Banco de Dados e Cadastros de Inadimplentes no CDC
12. Proteção Contratual no CDC
13. Cláusulas Abusivas
14. Crimes contra do consumidor
15. Proteção Administrativa do consumidor

#### IV – Programa de Ensino

1. **Considerações gerais sobre o Direito do Consumidor:** evolução histórica, fundamento constitucional, características do CDC, diálogo das fontes.
2. **Relação Jurídica de Consumo:** definição, elementos subjetivos objetivos, dimensão coletiva, conceito de consumidor, o conceito econômico adotado pelo CDC, o conceito de consumidor como destinatário final. Teoria Finalista e Maximalista. A pessoa jurídica como consumidora na jurisprudência do STJ. A administração pública como consumidora final. O conceito de consumidor por equiparação. A coletividade de pessoas como consumidora por equiparação. As vítimas do evento danoso como consumidoras por equiparação. Fornecedor: pessoa física e jurídica. O fornecedor equiparado. Características do fornecedor. Entes despersonalizados. Produto como objeto da relação de consumo: bens moveis e imóveis, bens materiais e imateriais, bem duráveis e não duráveis. Amostra grátis. Serviço como objeto da relação de consumo
3. **Serviço Público e o DCD:** distinção entre as noções de consumidor e de usuário de serviço público. Inadimplemento do usuário e interrupção do serviço (doutrina e jurisprudência do STJ).
4. **Princípios do Direito do Consumidor:** princípio da vulnerabilidade *versus* hipossuficiência. Princ. Da Intervenção Estatal, Princ. Da Harmonia nas relações de consumo, princ. Da boa-fé. Direitos básicos do consumidor: vida, saúde, segurança, informação
5. **Responsabilidade do Fornecedor:** Teoria do Risco da Atividade. Responsabilidade pelo fato do produto. A inovação tecnológica, causas excludentes, direito de regresso, os riscos do desenvolvimento, responsabilidade pelo fato do serviço, responsabilidade pelo vício do produto, responsabilidade pelo vício do serviço.
6. **Garantias e prazos decadenciais e prescricional no CDC:** garantia no CDC, garantia estendida, legal, contratual. Prazos decadenciais no CDC, prazo prescricional no CDC.
7. **Desconsideração da Personalidade Jurídica:** a desconsideração da personalidade jurídica no CDC e no Código Civil, características, teorias maior e menor.
8. **Oferta e Publicidade:** a oferta no CDC, características, características da informação, oferta por telefone, responsabilidade. Conceito de publicidade, formas de controle da publicidade, publicidade enganosa, publicidade abusiva, publicidade comparativa, publicidade por correio eletrônico, publicidade de bebidas alcoólicas e de cigarros. A posição do STJ.
9. **Práticas abusivas:** considerações, classificações, rol exemplificativo: a venda casada, o envio ou entrega de produtos sem solicitação prévia, execução do serviço sem orçamento prévio, etc.
10. **Cobrança de Dívida:** a forma adequada de cobrança de dívida pelo CDC. A repetição em dobro do indébito, prazo prescricional para a cobrança em dobro do indébito.

11. **Banco de Dados e Cadastros de Inadimplentes no CDC:** a normas referente a banco de dados de inadimplentes, a natureza de dados e cadastros, a comunicação prévia e escrita, sanções, prazo prescricional, a disciplina do cadastro positivo (Lei 12.414/2011). O cadastro dos maus fornecedores no CDC.
12. **Proteção Contratual:** considerações, princípios, contrato de adesão, compras fora do estabelecimento, contratos de compra e venda parceladas no CDC, contratos de consórcio.
13. **Cláusulas Abusivas:** cláusulas abusivas e nulidade, rol exemplificativo.
14. **Crimes contra o Consumidor:** análise dos tipos penais previstos no CDC
15. **Proteção Administrativa do Consumidor:** conceito, finalidade, características. O Procon.

## V – Metodologia

A metodologia utilizada será aulas expositivas, porém sendo incentivada a participação dos acadêmicos por meio de debates de situações concretas, exemplificando o tema abordado na aula, direcionando-os para uma análise crítica.

Será solicitado também leitura de artigos científicos, jurisprudências, livros e/ou revistas especializadas para em momento oportuno apresentarem seus comentários.

## VI – Avaliação

1. Será aplicada uma avaliação escrita e individual no semestre sem consulta a legislação, podendo conter questões dissertativas, de múltipla escolha ou mista. O conteúdo será definido e informado pelo professor em sala de aula. A data da prova será em conformidade ao calendário universitário, visando tempo hábil para preenchimento do sistema SINGU e entrega dos diários físicos à Dirca. O valor de é 50 pontos.
2. Os alunos em grupo de 4 a 8 pessoas aproximadamente deverão apresentar um seminário sobre tema objeto da disciplina que será sorteado no primeiro mês de aula, bem como a data de apresentação que deverá ser entre maio e junho. Este valerá 50 pontos. Os critérios de avaliação do seminário serão:
  - a) Contextualização do tema – 10 pontos;
  - b) Fundamentação legal – 10 pontos;
  - c) Conceito (s) legal e extralegal se for o caso – 10 pontos;
  - d) Explicação – inclui citar 2 doutrinadores e 2 artigos científicos, 2 jurisprudências de Tribunais diferentes, direito comparado (2 países) – 50 pontos;
  - e) Conclusão trazendo exemplos práticos da região amazônica e/ou Rondônia – 10 pontos
  - f) Referências Bibliográficas, criatividade, domínio do tema, postura, organização e trato com a Língua Portuguesa nos slides e na apresentação - 10 pontos
3. A formação da média final é a soma das notas de cada atividade desenvolvida e será divulgada através do e-mail da turma.
4. Quanto a **prova repositiva** – são somente para os alunos que não alcançaram sessenta pontos na nota final do semestre letivo e versarão sobre todo o conteúdo

da matéria da disciplina. **O dia e hora da avaliação repositiva** será marcada pelo professor e dada ciência a turma em sala de aula. O não cumprimento de alguma atividade no decorrer do semestre letivo implica em não obtenção da nota naquela atividade. A nota da prova repositiva substitui a menor dentre as componentes para a formação da média final no período. O aluno tem o dever de manter a matéria ministrada no período, atualizada.

**Observação:** Os alunos devem estar sempre atentos ao e-mail da Turma, que será utilizado como instrumento extra-sala de comunicação do professor com os alunos, tanto para efeito de avisos como para envio de textos ou outras comunicações. Em cada dia de aula, computam-se quatro tempos, ou seja, 4 h/aulas.

## **VIII – Bibliografia**

### **Bibliografia Básica:**

1. NUNES, Rizzato. Curso de Direito do Consumidor, 12<sup>a</sup> ed, São Paulo: Saraiva, 2018.
2. TARTUCE, Flavio. NEVES, Daniela Amorim Assumpção. Manual de Direito do Consumidor – Direito Material e Processual, 6<sup>a</sup> ed, São Paulo: Método, 2017.
3. MARQUES, Claudia Lima. BENJAMIM, Antonio Herman, *et all*. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor, 5<sup>a</sup> ed, São Paulo: 2016.
4. MIRAGEM, Bruno. MARQUES, Claudia Lima. 25 anos do Código de Defesa do Consumidor – Trajetória e Perspectiva. São Paulo: RT, 2016.

### **Bibliografia Complementar:**

1. SILVA, Marcus Vinicius Fernandes Andrade da. O direito do consumidor e a publicidade. São Paulo: MP, 2008.
2. SALGARELLI, Kelly Cristina. Direito do Consumidor no comércio eletrônico. São Paulo: Icone, 2010.
3. MARQUES, Claudia Lima. REICHELDT, Luis Alberto. Diálogos entre o direito do consumidor e o novo CPC. São Paulo: RT, 2017.
4. SANTANA, Hector Valverde. Dano Moral no Direito do Consumidor. São Paulo: RT, 2014.
5. SCHMITT, Cristiano Heineck. Cláusulas abusivas nas relações de consumo. São Paulo: RT, 2010.
6. FONSECA, Antonio Cezar. Direito Penal do Consumidor. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
7. ESTEVAM, Rogerio. Tutela Administrativa no Direito do Consumidor. Joinville: Clube de Autores, 2017.
8. GOMES, Josiane Araujo. Contratos de planos de saúde. Piracicaba: JHMizuno, 2016.

Porto Velho, 12 de dezembro de 2018.

ISABELA ESTEVES CURY COUTINHO  
Professor